

PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº 064 – PE 012/2020

Trata-se de projeto de lei que visa abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

A mensagem justificativa informa sobre a necessidade de aquisição de patrulha agrícola mecanizada, sendo esta de extrema importância para a Associação Citruscampo..

Informou-se ainda que a aquisição pretendida tem como meta minimizar a demora no processo de aplicação de defensivos em pomares de citros, o que acarretará o aumento da produção.

O respectivo equipamento permanecerá guardado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Foi indicada a fonte de custeio da despesa, qual seja:

Recurso Federal oriundo do contrato de repasse nº 886083/2019/MAPA

O projeto de lei vem acompanhado do processo administrativo do Executivo Municipal nº 2020/2178.

Relatei.

A abertura de crédito especial com indicação da fonte exige autorização legislativa, tal como determina o art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, de forma a garantir a higidez dos princípios orçamentários da programação e da anualidade.

A ação pretendida será incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como exigido pelo art. 165 da Constituição Federal.

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Montenegro/RS, 22 de abril de 2020.


Alexandre Muniz de Moura
Consultor Jurídico
OAB/RS 63.697